

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.498.514 - PE (2019/0130232-5)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : ALICE CARNEIRO CAVALCANTI
ADVOGADOS : VICENTE MORENO FILHO - PE003392
KARENINA DINIZ MORENO E OUTRO(S) - PE021101
AGRAVADO : ROMULO DA ROCHA CAVALCANTI FILHO - ESPÓLIO
REPR. POR : SILVANA MARIA WANDERLEY CAVALCANTI -
INVENTARIANTE
AGRAVADO : MÔNICA WANDERLEY CAVALCANTI
ADVOGADO : NIELI NASCIMENTO ARAÚJO E OUTRO(S) - RN000397A

DECISÃO

Trata-se de agravo de decisão que inadmitiu recurso especial fundado no art. 105, III, alíneas “a” e “c” da Constituição Federal, interposto contra v. acórdão do Eg. Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, assim ementado:

"CIVIL. DIREITO DAS SUCESSÕES. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM INVENTÁRIO DE HERDEIROS E BENS. CÔNJUGE SUPÉRSTITE. ENCARGO DA INVENTARIANÇA. AUSÊNCIA DE COABITAÇÃO COM O DE CUJUS. IRRELEVANCIA. DEVERES DE ASSISTÊNCIA, RESPEITO E CONSIDERAÇÃO ENTRE OS CÔNJUGES. PRESENÇA. ORDEM DE VOCAÇÃO HEREDITÁRIA. REGIME DE SEPARAÇÃO CONVENCIONAL DE BENS. CONDIÇÃO DE HERDEIRA NECESSÁRIA. CONCORRÊNCIA COM DESCENDENTES DO FALECIDO. DECISÃO MANTIDA.

1. A exigência de mesma moradia para os partícipes de relação afetiva estabilizada não subsiste nem mesmo para a caracterização de união estável, consoante antiga orientação do Superior Tribunal de Justiça neste sentido: "Diante da alteração dos costumes, além das profundas mudanças pelas quais tem passado a sociedade, não é raro encontrar cônjuges ou companheiros residindo em locais diferentes"(STJ-4º T, REsp 474962/SP, rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, DJ 01.03.2004).

2. Na espécie, a prova até já produzida na causa evidencia que a relação entre inventariado e inventariante, pautada pela observância de deveres insitos ao instituto de direito material do casamento, notadamente aqueles versados nos incisos III e V do art. 1.566 do Código Civil, retratando, pois, a união de duas pessoas que "assumem mutuamente a condição de consortes, companheiros e responsáveis pelos encargos da família" (CC, art. 1.565), motivo pelo qual, inexistindo nos autos sequer indícios de

Superior Tribunal de Justiça

má administração do espólio ou de desleixado exercício da inventariança, se mostra adequada à realidade circunstante decisão que manteve a viúva agravada como inventariante do espólio de seu cônjuge, na esteira do art.

617, I, do Código de Processo Civil.

3. "É assente na jurisprudência da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça que o cônjuge sobrevivente casado sob o regime de separação convencional de bens ostenta a condição de herdeiro necessário e concorre com os descendentes do falecido, a teor do que dispõe o art.

1.829, inciso I, do Código Civil de 2002" (STJ-2a Seção, AgInt nos EREsp 1354742/MG, rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, DJe 18.12.2017).

4. Recurso desprovido por decisão unânime." (e-STJ, fls. 409/410)

Nas razões do recurso especial, a agravante alega violação aos arts. 984, 1.000, inciso III e 130 do Código de Processo Civil de 1973, sustentando, em síntese, (a) que a viúva não pode ser mantida como inventariante e herdeira, (b) que é ponto incontroverso que a agravada e o *de cujus* residiam em endereços distintos há muitos anos, (c) que há declarações de pessoas próximos afirmando a ruptura da vida em comum e a separação de fato há 10 anos, bem como que não havia relação afetiva-material entre eles, (d) que inexistiam entre as partes os deveres inerentes ao casamento, como o dever de fidelidade, comunhão de interesses, relação de dependência no cartão de crédito, plano de saúde ou imposto de renda, (e) que o fato de a agravada ser mandatária para resolver assuntos burocráticos não pode ser equiparado a comunhão de interesses e de vida, sendo explicado pelo fato de que as filhas do mesmo residiam em outra localidade, (f) que a oitiva do irmão do *de cujus* era imprescindível, mas não houve sequer despacho para especificação de provas nem audiência de instrução, (g) que o médico referiu-se a agravada como esposa pois foi induzido a erro, (h) que o título de clube social em que a agravada foi declarada como dependente visava a utilização por sua neta, nunca tendo o *de cujus* frequentado o mesmo, (i) que a conta poupança em conjunto foi aberta sem conhecimento do *de cujus* e logo em seguida foi encerrada, (j) que a procuração que informa o endereço comum para os cônjuges foi firmada para fim específico e com curto prazo de validade, sendo incontroversa a residência em endereços distintos, (l) que o apontamento da agravada como responsável legal da internação hospitalar deu-se por imposição das circunstâncias de suas filhas não

residirem na cidade do *de cujus*, (m) que houve valoração equivocada das provas dos autos, sendo indispensável a prova da separação de fato a partir de uma investigação profunda em procedimento próprio que não foi realizada e que não há provas da vida em comum e (n) que a agravada retinha aposentadoria do *de cujus* apenas para fins de pagar suas despesas sem responsabilidade financeira daquelas obrigações.

Contrarrazões apresentadas às fls. 520/534.

É o relatório. Passo a decidir.

Com relação à suposta violação ao art. 1.000, III do CPC/73, tem-se que este não se encontra contemplado no objeto da controvérsia resolvida pelo Tribunal de origem, tampouco foi objeto de embargos de declaração, não se vislumbrando o prequestionamento necessário para viabilizar a interposição do presente recurso especial.

Daí a inteligência do enunciado da Súmula nº 356 do Supremo Tribunal Federal, aplicada por analogia, a qual orienta que *"o ponto omissso da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento"*.

Nesse sentido:

“AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PRESCRIÇÃO. PROCESSO CIVIL. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. NÃO REALIZAÇÃO DO COTEJO ANALÍTICO. RECURSO DESPROVIDO.

1. Aplicam-se as Súmulas n. 282 e 356 do STF quando as questões suscitadas no recurso especial não tenham sido debatidas no acórdão recorrido nem, a respeito, tenham sido opostos embargos declaratórios.

(...)

3. Agravo regimental desprovido.” (AgRg no AREsp 544.459/MT, Rel. Ministro **JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/11/2014, DJe de 25/11/2014)**

Com relação a suposta violação ao art. 984 do CPC/73, tem-se que o Tribunal de origem concluiu que inexistia, até o presente momento processual, questão de alta indagação a ser solucionada, pois o contexto fático-probatório contido nos autos leva a conclusão de que as partes permaneceram casadas até o óbito de um deles e que relação entre ambos permaneceu com feição de casamento, *in verbis*:

"A agravante aduz tratar-se de "matéria fática de alta indagação" (fl. 06), pelo "que o caso em apreço demanda a produção de outros meios de prova, além das declarações e documentações acostadas por ambas as partes as quais, na verdade, evidenciaram a separação fática da Inventariante e do Inventariado muito antes do seu óbito" (fl. 07).

Razão não lhe assiste.

Em substância, a recorrente fundamenta sua tese de que havia a separação de fato entre inventariante e inventariado na ausência de coabitação pelo casal. Ocorre que já em 2004 não era outro o entendimento do Superior Tribunal de Justiça quanto ao tema, senão este:

"Diante da alteração dos costumes, além das profundas mudanças pelas quais tem passado a sociedade, não é raro encontrar cônjuges ou companheiros residindo em locais diferentes" (STJ-49-, REsp 474962/SP, rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, DJ 01.03.2004). Não custa recordar que a exigência de mesma moradia para os partícipes de relação afetiva estabilizada não subsiste nem mesmo para a caracterização de união estável, equiparada ao instituto do casamento.

Demais disso, como evidenciado na origem, "não importa qual o motivo que levou o casal a viver em casa separado, desde que este motivo não tenha sido a ruptura da vida em comum.

Cinge-se, portanto, o deslinde da questão em definir se a decisão do casal de viver em casas diferentes de deveu a estratégia no modo de convivência ou se decorreu da ruptura da vida em comum" (fl. 302, transcrição fiel).

Realmente, da análise minuciosa dos autos verifico -7 ao menos até já - não estar caracterizada tal ruptura alagada pela agravante. Confira-se:

(i) é da própria recorrente a afirmação de que a inventariante assistia ao inventariado em sua enfermidade até a data do óbito (fl. 10), bem como o fato de ter sido essa parte agravada quem prestou "as informações para a lavratura da certidão de óbito" (fl. 11);

(ii) pelas declarações postas nas fls. 149, 150, 151, 152 e 153, concludo, apenas, que o de cujus e a inventariante viviam em residências distintas, sem qualquer prova de ruptura da vida comum;

(iii) já pelas declarações de fls. 146 e 191, Ciro Jucá, instado pela própria agravante por ser °amigo de muitos anos do Inventariado" (fl. 112), afirma a presença da agravada nas visitas domiciliares por ele feitas ao falecido, tendo aduzido que era sua °esposa, a Sra. Silvana Maria Wanderley Cavalcanti, que sempre esteve presente e a quem me dirigia nas orientações sobre cuidados com o

paciente" (fl. 191);

(iv) em 2007, dois anos depois da alegada separação de fato, o de cujus adquiriu o título de um clube social, tendo declarado a agravada como sua dependente (fl. 209);

(v) em 2011, seis anos depois de sua suposta separação de fato, o casal abriu caderneta de poupança conjunta na Caixa Econômica Federal (fl. 206);

(vi) a procuração acostada à fl. 240, assinada pelo de cujus no ano de 2013, informa um endereço comum para os cônjuges;

(vii) os documentos referentes à internação hospitalar do inventariado nos anos de 2011, 2012 e no ano de seu óbito, 2014 (fls. 228, 229, 323 e 233), indicam a agravada como sendo sua "responsável legal".

Nesse contexto, tem o sabor do óbvio a constatação de que a relação acima pontuada tem a feição de casamento, instituto de direito material em que a assistência, bem como o respeito e a consideração entre os cônjuges, de que trata o art. 1.566, III e V, do Código Civil, estão vinculados à convivência, seja na mesma residência ou em imóvel distinto, pois retratam a união de duas pessoas que assumem "mutuamente a condição de consortes, companheiros e responsáveis pelos encargos da família"(CC, art. 1.565).

Na espécie, destarte, até 'este momento da marcha do processo de origem não vislumbro questão de alta indagação a ser solucionada. E, uma vez documentado que inventariante e inventariado permaneceram legalmente casados até a data do óbito, bem como não havendo nos autos nada que indique a má administração do espólio ou um desleixado exercício do munus da inventariança, cuido acertada a decisão que manteve a viúva agravada como inventariante do espólio de seu cônjuge, na esteira do art. 617, I, do CPC." (e-STJ, fls. 411/412)

Nesse contexto, a modificação de tais entendimentos lançados no v. acórdão recorrido demandaria o revolvimento de suporte fático-probatório dos autos, o que é inviável na sede estreita do recurso especial, a teor do que dispõe a Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça.

Nesse mesmo sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. INVENTÁRIO. PEDIDO DE PAGAMENTO. QUESTÃO DE ALTA INDAGAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. AUSÊNCIA DE CONCORDÂNCIA DOS HERDEIROS. ART. 1.018 DO CPC/1973. REMESSA ÀS VIAS ORDINÁRIAS. SÚMULA N. 83/STJ.

- 1. O recurso especial não comporta exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, a teor do que dispõe a Súmula n. 7/STJ.**
- 2. No caso concreto, a análise das razões apresentadas pelos recorrentes, quanto à desnecessidade de remeter às vias ordinárias a questão debatida no inventário, demandaria revolvimento do conjunto fático-probatório, vedado em sede de recurso especial.**
- 3. "Nos termos dos artigos 984 c/c 1.017 e seguintes, Código de Processo Civil de 1973, só é devida a habilitação de crédito certo e exigível com a concordância das partes, sob pena de remessa aos meios ordinários para produção probatória" (AgInt no AREsp n. 979.374/PR, Relatora Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 22/8/2017, DJe 29/8/2017).**
- 4. Agravo interno a que se nega provimento.**
(AgInt no AgRg no REsp 1293000/DF, Rel. Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**, QUARTA TURMA, julgado em 22/03/2018, DJe 02/04/2018)

Com relação a suposta violação ao art. 130 do CPC/73, a Corte de origem afirmou que não houve pedido específico para audiência e oitiva de testemunhas, bem como que esta é prescindível no presente caso diante dos outros meios de prova constantes nos autos, *in verbis*:

"Demais disso, no que tange ao pleito para "produção de outros meios de prova" (fl. 07) me filio ao entendimento consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça "de que o magistrado, como destinatário final das provas, pode, com base em seu livre convencimento, indeferir ou deferir aquelas que considere dispensável ou não à solução da lide" (STJ-18 T, AgInt no AREsp 231171/CE, rel. Min. Gurgel de Faria, DJe 25.11.2016).

Lado outro, não localizo nas peças dos autos da causa pedido específico da agravante, com evidência de sua necessidade, por audiência para oitiva de testemunha, em especial por deles constarem diversas declarações de ambas as partes (fls. 146/153 e 191/203), bem como documentos que levaram o magistrado de origem a entender serem "frágeis as alegações de que o casal rompera a vida em comum" (fl. 303).

Ademais, pela completude do quadro probatório, em especial pela demonstrada presença da agravada "na saúde e na doença" até o momento do óbito de seu cônjuge, prescindível até então era - e é -a oitiva de testemunhas, sobretudo por estar à saciedade evidenciada por outros meios de prova a realidade circunstante da

unidade em vivências e interesses do casal, condição essa suficiente para descaracterizar a arguição de separação de fato." (e-STJ, fl. 413)

Inicialmente, o fundamento de que não houve pedido específico por audiência para oitiva de testemunhas não foi objeto de impugnação e é suficiente, por si só, a manter a decisão da Corte de origem nesse ponto, o que atrai, na hipótese, a incidência por analogia da Súmula 283 do Supremo Tribunal de Justiça.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA N. 283 DO STF. MONTADORA DE VEÍCULOS. CONCESSIONÁRIAS. SOLIDARIEDADE. DECISÃO MANTIDA.

1. O recurso especial que não impugna fundamento do acórdão recorrido suficiente para mantê-lo não deve ser admitido, a teor da Súmula n. 283/STF.

2. "A fornecedora de veículos automotores para revenda - montadora concedente - é solidariamente responsável pelos atos de seus prepostos (concessionária) diante do consumidor, ou seja, há responsabilidade de quaisquer dos integrantes da cadeia de fornecimento que dela se beneficia. Precedentes" (AgRg no AREsp 629.301/SP, Relator Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/10/2015, DJe 13/11/2015).

3. Agravo interno a que se nega provimento." (AgInt no AREsp 495.367/RJ, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 21/03/2017, DJe 28/03/2017)

Ainda que assim não fosse, a modificação do entendimento lançado no v. acórdão recorrido, a fim de reconhecer que era necessária produção de outras provas demandaria o revolvimento de suporte fático-probatório dos autos, o que é inviável na sede estreita do recurso especial, a teor do que dispõe a Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça.

Nesse sentido:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PRINCÍPIO DA UNIRRECORRIBILIDADE. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. INDENIZAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO 535 DO CPC DE 1973. CERCEAMENTO DE

DEFESA. NÃO CONFIGURAÇÃO. REVISÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DA SÚMULA 7/STJ. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. INCIDÊNCIA, MAIS UMA VEZ, DA SÚMULA 7 DO STJ.

1. Revela-se defesa a interposição simultânea de dois agravos contra o mesmo ato judicial, ante o princípio da unirrecorribilidade e a ocorrência da preclusão consumativa, o que reclama o não conhecimento da segunda insurgência.

2. Não há falar em violação ao art. 535 do CPC/73, pois a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da parte recorrente.

3. "O magistrado é o destinatário da prova, competindo às instâncias ordinárias exercer juízo acerca da suficiência das que foram produzidas, nos termos do art. 130 do CPC. A avaliação tanto da suficiência dos elementos probatórios que justificaram o julgamento antecipado da lide (art. 330, I, do CPC), quanto da necessidade de produção de outras provas demandaria a incursão em aspectos fático-probatórios dos autos, inviável, portanto, em recurso especial (Súmula n. 7/STJ)" (AgRg no REsp 1449368/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 19/08/2014, DJe 27/08/2014).

4. É inviável rever em sede de recurso especial a conclusão da Corte local acerca da inversão do ônus da prova, pois demandaria reexame de provas, o que é vedado em sede de recurso especial (Súmula 7/STJ).

5. Agravo interno de fls. 903/912 não conhecido e agravo interno de fls. 893/902 não provido."

(AgInt no AREsp 1083997/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 08/08/2017, DJe 15/08/2017)

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator